

Filipa Riacho

De: 2260 [2260@solicitador.net]
Enviado: sexta-feira, 27 de maio de 2016 10:45
Para: CAAJ - Correio Oficial
Cc: 3726@solicitador.net; 2931@solicitador.net; 2260@solicitador.net
Assunto: CONTRIBUTO PARA O PROJETO CONTINGENTAÇÃO
Anexos: CONTRIBUTO CONTINGENTAÇÃO.CAAJ.docx

Exmº Senhor Dr. Hugo Lourenço :

Em conformidade c/ o combinado telefonicamente, anexamos o nosso singelo contributo para o projeto de contingentação em análise e desenvolvimento, o qual teremos oportunidade de explanar pessoalmente a Vª Exª no próximo dia 1 de Junho de manhã.

Ficamos muito gratos pela atenção dispensada, subscrevemo-nos com elevada consideração e os melhores cumprimentos,

Os Agentes de Execução :

Cristina Frade,
José Luís Fonseca e
Cristina Ferreira

COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO
DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA
Entrada / N.º 2577/2016
Processo N.º 32/2016
Data 27.05/2016

Exmº Senhor Presidente da CAAJ

Em resposta ao Comunicado publicitado no *site* dessa Entidade, os AE's José Luís Fonseca (CP nº 3726), Cristina Frade (CP nº 2260) e Cristina Ferreira (CP nº 2931), com escritório em Coimbra, vêm, desta forma,

Manifestar o seu contributo nos termos e com os fundamentos que abaixo referem :

No seu todo e quanto ao Aviso nº 5523-A/2016, publicado no DR, 2ª série, nº 82, de 28/4/2016, importa reter imediatamente o seguinte:

- ❖ Salvo melhor opinião, o Projeto publicado visa, apenas e tão somente, apurar o valor de “a”, ou seja, o correspondente número máximo de processos a receber por cada agente de execução (cfr. art.º 167.º, n.º 1 do EOSAE aprovado pela Lei 154/2015 de 14/09);
- ❖ Tal valor terá, sempre, de ter em consideração o disposto no art.º 174.º, n.º 1 do mesmo diploma, ou seja, um máximo de 1.000;
- ❖ Quando tal valor seja excedido, deverá o a.e. prestar caução;
- ❖ O modo como o projeto está elaborado, aponta-se-lhe, imediatamente, no n/ modesto entendimento, que parte do errado pressuposto enunciado no art.º 3.º que **“todos os agentes de execução ou as sociedades em que estão integrados”, estão a laborar incorretamente**;
- ❖ Pressuposto este que assenta no facto de que, se preencher todos os requisitos/indicadores escalonados no art.º 3.º, terão uma **“avaliação”** de 100%;
- ❖ Parece-nos, imediatamente, que o pressuposto de partida deverá ser o seguinte:
 - Todos os agentes de execução e as sociedades nas quais estes estão integrados, têm todos os indicadores preenchidos, ou seja, todos partem de 100% de avaliação;
 - A **“penalização”** em cada um dos indicadores será o que ali consta, caso não preencham os indicativos, individualmente;
- ❖ Porém, pelos motivos que de seguida se expendem, tais indicadores têm carácter fortemente subjetivo;
- ❖ São discriminatórios se se aplicarem, indiscriminadamente, a todo o universo de agentes de execução, nomeadamente se se colocar em apreciação conjunta um agente de execução que exerce desde 2003, 2004, ... 2009 até aos mais recentes;
- ❖ Tal discriminação é manifestamente penalizadora para os mais antigos e foram estes o suporte de toda a reforma da acção executiva e nos termos em que ela se desenrolou e sedimentou;

- ❖ É manifestamente penalizadora para quem, desde 2003/2004 não tem quaisquer reparos, sejam eles de que natureza forem (disciplinares, suspensões voluntárias, multas, etc);
- ❖ Estes factores devem ser tidos em consideração e valorar fortemente a atribuição de processos e o preenchimento da sua “quota”;
- ❖ Devem ser tidos em consideração os agentes de execução que têm os seus funcionários devidamente “legalizados” quer através de contratos de trabalho, quer através da sua inscrição regularizada na OSAE e registados no GPESE/SISAAE;
- ❖ Deve haver uma grande diferenciação entre o agente de execução detentor do escritório e que assume a responsabilidade na execução e o agente de execução contratado (este que não está em plano de igualdade com o a.e. contratante);
- ❖ Desse modo, o potencial do a.e. contratante deve ser superior ao do a.e. contratado, havendo desde logo que o diferenciar pelo número de processos que pode receber;
- ❖ Há estruturas de agentes de execução que, além do agente de execução, apenas têm funcionários a trabalhar consigo;
- ❖ O regulamento preocupa-se em “dar trabalho” aos a.e. que não têm trabalho;
- ❖ Estes, se contratados por a.e. “permitem” um encaixe ao a.e. contratante, de mais processos;
- ❖ Ora, está-se a fomentar o despedimento de funcionários forenses e a fomentar a contratação de a.e.’s ;
- ❖ Um pequeno escritório terá sempre 2 ou 3 funcionários;
- ❖ 1200 agentes de execução com média de 3 funcionários, remeterá para o desemprego 3600 pessoas;
- ❖ O encargo com os desempregados, relativamente aos subsídios de desemprego passará para o Estado ! MAIS UM PROBLEMA SOCIAL !
- ❖ Será isso que o Estado quer ?
- ❖ Parece-nos evidente que não !
- ❖ Assim sendo, será de manter o princípio de trocar funcionários por agentes de execução contratados como funcionários ?

Dos cálculos efetuados até à data, segundo as fórmulas definidas, é reconhecidamente mais vantajoso para qualquer a.e., em vez de ter cinco funcionários (limite máximo para efeitos de determinação dos processos), contratar 5 a.e.’s.

A ideia, pouco madura, labora num erro fundamental, ao equiparar a experiência de um a.e. com 13 anos de trabalho a um a.e. com 4 anos de trabalho ou sem trabalho.

Não será decisão acertada que a distribuição se possa fazer, contingentada, em função dos anos de trabalho, assim como bonificar os funcionários em função do tempo de serviço destes, das suas qualificações, devidamente contratados, registados no GPESE/SISAAE, com pagamento de contribuições para a segurança social ?

Não será de premiar agente de execução e funcionário por todo um trabalho em conjunto exercido desde há longos anos?

Não será de premiar um agente de execução que, do ponto de vista de disciplina, se tem mostrado incólume, sem quaisquer multas, destituições ou penas disciplinares, em detrimento dos reincidentes e com histórico disciplinar?

Acresce que as sociedades devem ser credibilizadas, efetuando-se uma distinção das demais “sociedades de facto”, ajustando e definindo critérios que não podem passar, apenas e tão somente pelos expostos e enumerados no art.º 3.º, todos eles enganadores e permissivos.

Cada A.E., numa situação normal de tudo estar de acordo com o art.º 3.º, permitirá um encaixe de 330 processos e um funcionário de apenas 33.

Desde logo, para as estruturas, grandes ou pequenas, dispensar os funcionários e contratar a.e.’s que não tenham processos ou que tendo, são diminutos, é situação preferencial.

Haverá intenção da CAAJ de contribuir para o aumento das taxas de desemprego com que Portugal tem estado no TOP 10 dos números europeus, agora com os funcionários forenses, onerando o Estado com os respetivos subsídios de desemprego, reduzindo o encaixe de contribuições para o regime geral de segurança social, mantendo o da CPAS ?

Atendendo ao facto de que existem inúmeros atos de carácter meramente administrativo e amanuense que podem ser praticados pelos funcionários forenses devidamente preparados e credenciados para o efeito, libertando o agente de execução para os seus atos próprios, não nos parece minimamente aceitável este critério diferenciador.

Além do mais, feitas as contas, três agentes de execução em sociedade encaixam precisamente os mesmos processos que dois a.e.’s em sociedade com um a.e. contratado, ou seja, 1.320 processos.

O custo/benefício não justifica a constituição de sociedades, porque se fala de números mínimos que não motivam, decisivamente, a constituição de sociedades.

A majoração de mais UM para as sociedades é injusta, mediante a seguinte perspetiva:

- Quanto às “grandes” sociedades, porque têm uma majoração pequena em relação ao número de sócios (quatro ou cinco sócios apenas majorado com o equivalente a mais um sócio);
- No que se refere às “pequenas” sociedades de apenas dois sócios, conseguem o máximo de majoração (dois sócios têm a mesma majoração – o equivalente a mais um sócio).

Se por um lado a OSAE incentiva a criação de sociedades, a regulamentação ora em discussão não “motiva”, nem “fomenta” verdadeiramente a constituição de sociedades, as quais, do ponto de vista fiscal, não são tributadas como as sociedades comerciais, já que as sociedades de profissionais desta área estão sujeitas ao regime de “transparência fiscal”, sendo os sócios

os tributados apenas em sede de IRS, às correspondentes taxas aplicáveis aos demais agentes de execução que não estejam em sociedade mediante o escalão de rendimentos.

É notória e compreende-se, a preocupação da CAAJ em “empregar” os a.e. com pouco trabalho.

Não seria mais benéfico canalizar esta legítima preocupação colmatando as faltas de liquidatários que evitem a paragem dos processos ?

Por outro lado,

No que se refere à al.^a a) :

Poder-se-á dizer que a mesma tem um grande carácter de subjetividade porquanto não se vislumbra o que pretendem dizer com “... dentro do respetivo prazo”

Se o prazo que pretendem particularizar for o que decorre do art.º 779.º, n.º 3 do CPC :

3 — Findo o prazo de oposição, se esta não tiver sido deduzida, ou julgada a oposição improcedente, havendo outros bens penhoráveis, o agente de execução, depois de descontado o montante relativo a despesas de execução referido no n.º 3 do artigo 735.º;

a) Entrega ao exequente as quantias já depositadas, que não garantam crédito reclamado;

b) Adjudica as quantias vincendas, notificando a entidade pagadora para as entregar diretamente ao exequente.

4 — Findo o prazo de oposição, se esta não tiver sido deduzida, ou julgada a oposição improcedente, caso não sejam identificados outros bens penhoráveis, o agente de execução, depois de assegurado o pagamento das quantias que lhe sejam devidas a título de honorários e despesas:

a) Entrega ao exequente as quantias já depositadas que não garantam crédito reclamado;

b) Adjudica as quantias vincendas, notificando a entidade pagadora para as entregar diretamente ao exequente, extinguindo -se a execução.”

Tal é algo que não está exclusivamente na dependência do a.e., uma vez que, dadas as más experiências havidas com as informações telefónicas, omissões e informações incorretas, transmitidas pelas seções judiciais, bem como os constrangimentos informáticos de todos suficientemente conhecidos, o a.e., reconhecidamente, apenas fará as adjudicações ou entregas a quem a elas tiver direito, só após os tribunais darem informação escrita, através de notificação, da não existência de oposição ou do trânsito em julgado das decisões de oposição, bem como das sentenças de graduação de créditos, o que, como se sabe, em alguns tribunais demoram meses/anos.

Assim sendo, este critério não pode relevar para bonificar ou valorar a atividade de qualquer agente de execução, o que pode ser altamente penalizante.

No que se refere à al.ª b) :

O tratamento estatístico também não pode ser, quanto a nós, fator de valoração, atendendo a que, poderá entender-se “movimentação injustificada” uma simples repetição de fase estatística desde logo porque as fases estatística existentes no GPESE são, manifestamente, insuficientes, desajustadas e longe da realidade, como é por todos consabido.

A este propósito, a comarca de Coimbra tem sido insistentemente abordada pelos juízes da secção de execução de Soure por força da inexplicabilidade de várias fases estatísticas e respetivo estado dos processos que não correspondem à realidade.

Alguns dos casos mais flagrantes destas falhas:

- recordemos um processo que após sentença de graduação de créditos, o produto da venda apenas pagou o crédito reclamado, ficando o processo a aguardar o início de novos procedimentos com pesquisas de bens . O processo terá que regressar à fase 1: pesquisa de bens !
- que pendência decorre para o agente de execução quando um processo aguarda uma decisão de uma oposição ou de uma sentença de verificação e graduação de créditos e o bem já se mostra vendido há já alguns meses/anos ? (Fase estatística = Aguarda decisão da oposição, aguarda sentença de graduação de créditos, ou em fase de venda, quando o dinheiro já está depositado à ordem do processo ?)
- e que dizer quando decorrem várias fases em simultâneo no mesmo processo ? (por exemplo, para um dos executados encontra-se suspenso por insolvência, para outro existem bens em venda e também descontos de vencimento), que fase estatística prevalece ?

No que se refere à al.ª c):

Mais outro critério que, literalmente pode desde logo impedir uma das duas maiores percentagens de bonificação, altamente penalizador para os agentes de execução há mais tempo em exercício!

Quanto a nós tem movimentos nas contas clientes, desde 2003 até hoje, que não sabemos, minimamente, a que dizem respeito, outros (devidamente identificados) em que os movimentos bancários estão repetidos informaticamente sem qualquer justificação a não ser por erro.

“Conciliação integral” é, para qualquer um dos a.e. que laborem desde 2003, IMPOSSÍVEL, a não ser que “martele” as conciliações ou coloque no processo de regularizações ou reabra um processo ao acaso para conciliar e o volte a arquivar...

Pergunta-se: É este o rigor que a CAAJ quer ?

Estamos, neste ponto, a falar de 40% de bonificação.

No que se refere à al.ª d):

Este , outro dos elementos penalizadores e completamente desfasado da realidade.

Atente-se no seguinte: um A.E. mediano, com o número “assustador” e mais elementar de 10 processos.

Um exequente propõe 8 execuções e nomeia esse AE.

Logo, 80% dos processos do colega são do mesmo exequente pelo que se encontra numa relação de “dependência económica” daquele exequente.

Esta al.ª d) parece contribuir com 40% para bonificação, já o texto quanto a isso é omissivo e apenas se alcança tal valor por dedução.

Por todas estas razões,

ENTENDEMOS QUE O ART. 3º DEVE, SIMPLEMENTE, SER ELIMINADO !

=====

Art.º 4.º:

Outra das situações que se nos afigura crítica.

Com efeito, se o a.e. contratado não é sócio, para executar qualquer ato de natureza executiva e, como tal, próprio de a.e., tem que lhe delegar o ato.

Não será suficiente para contornar esta situação, esquematizar uma livre circulação de a.e.’s em torno de, por exemplo, três a.e.’s que partilhem escritório mas que não têm sociedade?

Apenas é exigido contrato, mas o mesmo não será, por certo, vitalício !

É que os processos delegados não entram na fórmula de cálculo.

Acresce que:

Refere a Lei 154/15 de 14 de Setembro – art.º 174.º que o a.e. que receber mais de 1.000 processos/ano ou tiver mais de 2.000 processos pendentes é obrigado a prestar caução.

Daqui se conclui que a Lei permite que se receba até 1.000 processos por ano e tenha até 2.000 processos pendentes, podendo em qualquer um dos casos, se for ultrapassado o limite, continuar a ter processos, apenas tendo que prestar caução.

Ora, à letra da referida Lei, nada impede o ae de receber 1.000 processos ou mais e ter 2.000 ou mais processos pendentes, sabendo de antemão que se os ultrapassar, tem que prestar caução sob pena de estar impedido de aceitar mais processos.

Ora, poderá um simples Regulamento emanado do órgão fiscalizador (CAAJ) reduzir este número que se mostra fixado por Lei?

Parece-nos, desde logo, que não!

Por último , sempre se dirá o seguinte:

Afigura-se-nos, assim, ser de rever todo normativo regulamentar, com ponderados critérios, talvez mais direcionados para **questões disciplinares e de eficácia** que não os apontados no projeto, alterando a fórmula definida segundo critérios de razoabilidade, atento a que são os escritórios de média/baixa dimensão os mais fáceis de fiscalizar e, como tal, mais controláveis em caso de impossibilidade e não se atacando, verdadeiramente, os problemas onde eles existem, devidos à grande concentração de processos com toda a pendência que arrastam.

Além do mais, o problema das pendências tem sido “atirado” para os a.e., quando na realidade é problema fortemente concentrado nos tribunais, como de todos é consabido.

Imediatamente se refere, como ainda há poucos dias foi tornado público, em Lisboa existem 200.000 execuções encaixotadas e no Porto 100.000.

Num universo de pendência atual na ordem de 1.100.000 execuções, fácil será concluir que 25% da pendência não é pendência, mas sim ineficiência ininteligível.

Por tudo o que se deixa exposto, entende-se quanto ao art.º 3.º que os indicadores de desempenho e valoração devem ser de desempenho, mas de MINORAÇÃO e não majoração;

Conclui-se: os bónus são demasiado altos; ou diminuem, ou desaparecem ou deveriam ser a descontar ao valor que resulta da aplicação das fórmulas!

Para o caso de não ser eliminado o art. 3º, os indicadores devem ser mais escalonados, num mínimo de 10, em que cada um tenha uma minoração máxima de 10%;

Como **ÚNICOS** critérios de determinação dos indicadores, propõe-se:

- ❖ Disciplina (suspensões, multas, destituições, processos disciplinares);
- ❖ Quadro de funcionários contratados, regularmente inscritos na Seg. Social, registados enquanto tal, na OSAE;
- ❖ Quadro de pessoal devidamente identificado no GPESE/SISAAE;
- ❖ Número de processos ativos (quanto maior for o número de processos ativos, menor deverá ser o número de processos a receber);
- ❖ Ter contabilidade organizada;
- ❖ As sociedades (e somente estas, fomentando assim e verdadeiramente a constituição de sociedades) serem desde logo “bonificadas” (cada grupo de dois agentes de

execução, sócios ou contratados - funcionando como associados -) com atribuição de quota de processos correspondente a mais um agente de execução por cada dois (p.e. 2 a.e. receberem o correspondente a mais 1; 4 a.e. receberem o correspondente a mais 2; 6 a.e. receberem o correspondente a mais 3, sempre com o limite máximo de bonificação os 3);

- ❖ O A.E em prática isolada não poder contratar mais que um agente de execução (dando assim a hipótese de que através disso cumpra o disposto no art.º 174., n.º 7 do EOSAE) – só assim se diferenciando e fomentando, verdadeiramente, a constituição de sociedades de agentes de execução.

ESTE É O NOSSO MODESTO CONTRIBUTO NA REGULAMENTAÇÃO DEMASIADO IMPORTANTE PARA A ORGANIZAÇÃO DOS AGENTES DE EXECUÇÃO E QUE MERECE MAIS AMPLO DEBATE E FIXAÇÃO MEDIANTE OUTROS CRITÉRIOS VINCADAMENTE OBJECTIVOS E EM NADA PENALIZADORES PARA QUEM SE ORGANIZE EM SOCIEDADE, CREDÍVEL E RIGOROSA DO PONTO DE VISTA ORGANIZACIONAL.

Os AE's José Luís Fonseca , Cristina Frade e Cristina Ferreira